

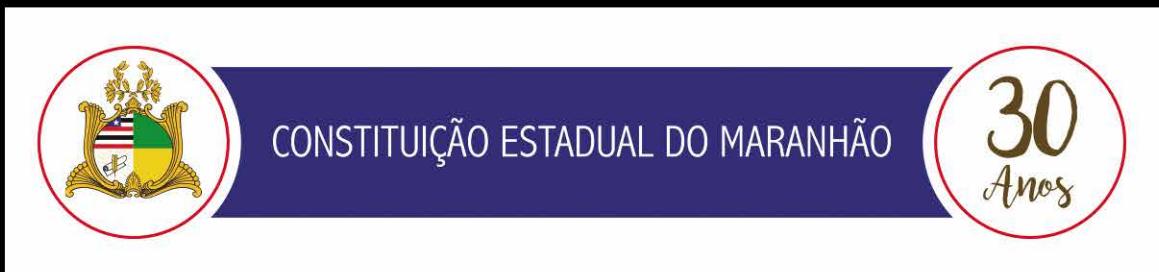
Memorabilia

MP 2019

MOSTRA DO PROGRAMA MEMÓRIA INSTITUCIONAL DO MPMA

*Mal falei, mal agi
e minhas palavras
e meus atos naufragam
no reino de Memória.*
(Marc Bloch)

CATÁLOGO



Pág. 5

Promotores e procuradores de Justiça suspendem suas atividades

Reunidos em congresso extraordinário, desse dia, de ontem pela manhã, no auditório do Colégio Centro Caicarial, nesta cidade, os Promotores e Procuradores de Ju

tícia do Maranhão resolvem, por maioria de votos, suspender suas atividades em todo o Estado, até que o governo Estadual se posicione a respeito da adapta

JORNAL PEQUENO, 29.05.1984

JÁ CHEGA DE DISSABORES...
JÁ BASTA DE SOFRIMENTO...
É CHEGADO O MOMENTO
DE DEFENDER NOSSAS CORES!

(PROMOTOR DE JUSTIÇA ANTÔNIO CARLOS LOBATO)

35 ANOS DA GREVE DO MPMA PELA EDIÇÃO DA SUA LEI ORGÂNICA

Pág. 13



ABOLIÇÃO E REPÚBLICA, 130 ANOS: VISÕES E AÇÕES DE PROMOTORES DO MARANHÃO OITOCENTISTA

Pág. 20



O PROGRAMA MEMÓRIA E O MEMORIAL DO MPMA, 15 ANOS

Pág. 28

APRESENTAÇÃO

MEMORABILIA MP, a nova linha de ação do Programa *Memória Institucional do Ministério Público do Estado do Maranhão*, este existente há exatos 15 anos, é a mostra alusiva às efemérides ministeriais, montada preferencialmente no Memorial da Instituição, com possibilidade de itinerância, em momentos comemorativos de importantes datas da história institucional ou das histórias estadual e nacional, desde que, no tocante a estas, mantenham interface com aquela.

Essa nova manifestação do Programa Memória teve início em 2019.

A *MEMORABILIA MP* 2019 consta de quatro exposições: *Constituição Estadual do Maranhão, 30 Anos*; *35 Anos da Greve do MPMA pela edição da sua Lei Orgânica*; *Abolição e República, 130 anos: visões e ações de Promotores do Maranhão oitocentista*; e *O Programa Memória e o Memorial do MPMA, 15 Anos*.

A exposição “Constituição Estadual do Maranhão, 30 Anos”, inicialmente instalada apenas na Procuradoria Geral de Justiça, foi aberta em 4 de outubro, tendo em vista que, no dia seguinte (sábado), a magna carta estadual atingiria três décadas de vigência.

Uma versão dessa exposição foi instalada também no *stand* do Ministério Público na Feira do Livro de São Luís, de 11 a 20 de outubro, a qual, depois de itinerância com parte do seu conteúdo pelas Promotorias de Justiça de Caxias e Timon, chegou ao Memorial do MPMA em 13 de dezembro.

Na ocasião, as três outras exposições foram inauguradas também no referido espaço museológico, a propósito do Dia Nacional do Ministério Público (14 de dezembro – sábado, no ano de 2019).

As quatro exposições contêm textos, reprodução de documentos históricos, recortes de jornais, fotos e excertos de depoimentos colhidos na linha de *História Oral* do Programa Memória, sendo duas delas acompanhadas de áudios e vídeos, disponíveis nos totens eletrônicos do Espaço Multimídia do Memorial do MPMA.

Parabéns a você, leitor, pelo acesso à reprodução do conteúdo físico da *Memorabilia MP* 2019, constante neste catálogo!

São Luís do Maranhão, dezembro de 2019.

A *Comissão Gestora do Programa Memória*

MENSAGEM DO PROCURADOR-GERAL

Ao decidir pela reinstalação do Memorial do Ministério Público do Estado do Maranhão no Centro Cultural e Administrativo da Instituição, que inauguramos há um ano no Edifício Promotora Aurora Correia Lima Félix, demos um decisivo passo para maior valorização desse espaço museológico do nosso *Parquet* estadual, existente desde dezembro de 2004.

Ao desafio de repensar o Memorial, remodelado e ampliado – agora contando com um espaço multimídia, além do convencional –, a Comissão Gestora do Programa *Memória Institucional do Ministério Público Estadual* respondeu não apenas incrementando o respectivo acervo, como também propondo novas formas de manifestação dessa importante atividade permanente da Instituição.

Realizar uma mostra com edição, tanto quanto possível, anual, comemorativa das efemérides ministeriais – eis a mais importante proposta que, ainda no final do ano de 2018, nos apresentava a referida Comissão, prontamente aprovada, considerando a relevância das exposições temáticas de que se constituiria logo em 2019: *35 Anos da Greve do MPMA pela edição da sua Lei Orgânica; Abolição e República, 130 Anos: visões e ações de Promotores do Maranhão oitocentista; e O Programa Memória e o Memorial do MPMA, 15 Anos*.

A essas ideias agregou-se a de comemorar também os 30 anos da Constituição Estadual do Maranhão, que então concebi. E assim surgiu a *Memorabilia MP 2019* constituída de quatro exposições.

A primeira delas – *Constituição Estadual do Maranhão, 30 Anos* – inaugurei-a em 4 de outubro na Procuradoria Geral de Justiça, ocasião em que foram homenageados importantes deputados estaduais constituintes de 1989 e os atuais parlamentares. Naquela oportunidade, recebemos, com muita honra, uma cópia do autógrafo da Constituição do Estado, que logo passou à exposição permanente no Memorial do MPMA.

Agora, é com alegria que vemos montadas e reunidas as quatro exposições. Primeiramente, no Memorial e, pouco antes de 15 de maio de 2020, Dia Estadual do MPMA, seguindo itinerância por outras sedes da Instituição.

Na ocasião, já estará em curso a *MEMORABILIA MP 2020*, com programação que incluirá a comemoração dos 30 anos da investidura do primeiro chefe do MPMA nomeado após escolha pela classe, a procuradora de justiça Elimar Figueiredo de Almeida Silva, primeira mulher no Brasil a ser nomeada para o cargo nessa condição, que foi Procuradora-Geral de Justiça até 1994.

Bom proveito ante mais esse serviço cultural que lhe presta o Ministério Público do Estado do Maranhão por meio do seu Programa Memória!

Luiz Gonzaga Martins Coelho
Procurador-Geral de Justiça



MOMENTOS DA INAUGURAÇÃO, PELO PROCURADOR-GERAL **LUIZ GONZAGA MARTINS COELHO**, DA EXPOSIÇÃO *CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO MARANHÃO, 30 ANOS*, EM 04.10.2019, NA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, COM A PRESENÇA DO DEPUTADO **OTHELINO NETO**, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, E DE DEPUTADOS CONSTITUINTE (VEEM-SE ALGUNS PAINÉIS MURAIS DA EXPOSIÇÃO).



PAINÉIS DA EXPOSIÇÃO *CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO MARANHÃO, 30 ANOS* EXIBIDOS NO STAND DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA FEIRA DO LIVRO DE SÃO LUÍS (11 A 20.10.2019). O EVENTO RETRATADO REALIZOU-SE NO DIA 15.10.2019.

30
Anos

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO MARANHÃO



Esta exposição inclui depoimentos audiovisuais,
disponíveis no Espaço Multimídia do Memorial do MPMA.



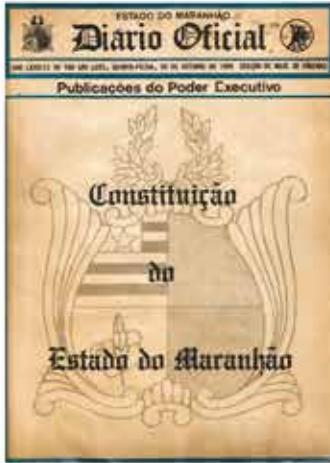
CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO MARANHÃO
EXPOSIÇÃO COMEMORATIVA



A CONSTITUIÇÃO MAIS DEMOCRÁTICA









Seguindo o figurino da discussão e votação da Constituição do Brasil promulgada em 5.10.1988, (...) não houve por parte do Executivo, como mandava a velha praxe, o envio de anteprojeto à Assembleia.

Por esse lado, a Constituição Maranhense de 1989 foi realmente democrática, em razão de seu texto haver nascido diretamente da sociedade organizada, dos poderes Judiciário e Executivo, Ministério Público, TCE e órgãos municipais, que enviaram à Assembleia minutas de suas propostas, que depois se transformaram em Títulos e Capítulos sobre Organização do Estado, Poder Legislativo, Poder Executivo e Poder Judiciário.

(MILSON COUTINHO. *Constituições Políticas do Estado do Maranhão*. São Luís: Clara Editora, 2009. p. 233)



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça



Dimensões: 1,35m (A) x 0,70m (L)



CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO MARANHÃO
EXPOSIÇÃO COMEMORATIVA

30
Anos

A DIREÇÃO DA CONSTITUINTE

Mesa Diretora da Assembleia Constituinte:

Presidente, deputado **Ivar Saldanha**
1º Vice-presidente, deputado Carlos Guterres Moreira
2º Vice-presidente, deputado Léo Franklin
1º Secretário, deputado **Kleber Carvalho Branco**
2º Secretário, deputado Galeno Brandes

Comissão de Organização do Estado:

Presidente, deputado **Inácio Pires**
Relator, deputado **José Bento Neves**

Comissão de Tributação, Orçamento e Fiscalização:

Presidente, deputado **Benedito Bete Lago**
Relator, deputado **Jorge Pavão**

Comissão de Ordem Econômica e Social:

Presidente, deputado **Júlio Monteles**
Relator, deputado **Mário Carneiro**

Comissão de Assuntos Municipais:

Presidente, deputado **Francisco Martins**
Relator, deputado **José Elouf**

Comissão de Sistematização:

José Elouf, presidente
Carlos Guterres, vice-presidente
Raimundo Leal, relator-geral
José Bento Neves, vice-relator



Ivar Saldanha



Kleber Carvalho Branco



Inácio Pires



José Bento Neves



Benedito Bete Lago



Jorge Pavão



Júlio Monteles



Mário Carneiro



Francisco Martins



José Elouf



Carlos Guterres



Raimundo Leal



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça



Dimensões: 1,35m (A) x 0,70m (L)



CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO MARANHÃO
EXPOSIÇÃO COMEMORATIVA



O PROCESSO CONSTITUINTE

Instalada em 01.02.1989 a Constituinte Estadual, após discussões, emendas, votações e aprovação, as 4 comissões temáticas enviaram os textos que produziram à Comissão de Sistematização, composta pelos deputados José Elouf, Carlos Guterres, Raimundo Leal, José Bento Neves, Marconi Farias, Jorge Pavão, Bete Lago, Eduardo Matias, Emanuel Viana, César Bandeira, Francisco Martins, Gastão Vieira, Juarez Lima, Luís Coelho, Mário Carneiro, Petrônio Gonçalves e Raimundo Nonato Jairzinho – cada um deles com o respectivo suplente. Assessorando os parlamentares, os advogados Celso Barros Coelho, Pedro Leonel Carvalho, Diomar Bezerra Lima e Milson Coutinho, mediante emissão de parecer técnico para cada uma das mais de 2 mil emendas apresentadas, sem contar as de iniciativa popular.

No final de maio, a Comissão de Sistematização publicou o texto do projeto no Diário Oficial, iniciando-se a sua primeira discussão e o recebimento de emendas em 1º de junho.



Fachada da Assembleia Legislativa (foto da época)



Jornal de Hoje
Constituinte encerra o 1º turno de votação

Deputados encerram trabalhos constituintes

Jornal de Hoje

"Os debates foram acesos, com uma oposição competente e atuante, embora, aqui e ali, a discussão resvalasse para as costumeiras agressões. Mas tudo depois serenava e a Assembleia ia cumprindo o seu dever.
(...)

A Constituição Federal havia fixado o dia 5.10.1989 para que todos os estados da federação promulgassem suas constituições. E só a 22 de setembro a do Maranhão era votada em primeiro turno.

Houve pressão do Governo do Estado, da sociedade organizada e da imprensa, e o fato é que teriam de ser votados em 4 dias o segundo turno e a redação final.

A Assembleia praticamente ficou em sessão permanente. Já não havia hora para repouso, nem de deputados, assessores e funcionários envolvidos naquele processo desgastante.

Afinal, após novas tentativas através de emendas procrastinatórias, umas pertinentes, outras, nem tanto, em 27 de setembro de 1989 a Constituinte aprovou o projeto em segundo turno, com sensíveis avanços e àquelas alturas com o apoio da quase unanimidade dos parlamentares."

(MILSON COUTINHO. *Constituições Políticas do Estado do Maranhão*. São Luís: Clara Editora, 2009. p. 235-237)



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça



Memorabilia
MP 2019
MOstra do Programa Sessão Institucional do MPMA

Dimensões: 1,35m (A) x 0,70m (L)



Dimensões: 1,35m (A) x 0,70m (L)

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO MARANHÃO
EXPOSIÇÃO COMEMORATIVA

30 Anos

A ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

The display board is organized into four rows of newspaper clippings, each representing a different month. The columns represent specific news items or stages of the constitution-making process. The clippings are from various newspapers, including O Estado do MA and O Imparcial, and are arranged in a film strip format.

Month	1	2	3	4	5	6	7
Fev	Assembleia tem novo comando	Começam debates constituintes	Constituinte não desperta o interesse da população	Definidos os temas das mesmas	Conselheiros já têm direito, mas PMDB não participa	Deputados iniciam debates constituintes	Constituinte inicia os debates
Mar	Agitação é resultado das reuniões	Emendas invadem Mesa com temas polêmicos	Novos municípios ameaçados por normas da Carta Federal	Constituinte pode eleger vice	Bisitória do Maranhão	Deputados ganham imunidades	Constituição chega ao final
Ago	O Imparcial, 1 de agosto	O Imparcial, 2 de agosto	O Estado do MA, 2.ago	O Imparcial, 3 de agosto	O Estado do MA, 19.set	O Imparcial, 19 de setembro	O Imparcial, 19 de setembro
Set	O Imparcial, 23 de setembro	O Imparcial, 23 de setembro	O Imparcial, 24 de setembro	O Estado do MA, 25.set	O Imparcial, 26 de setembro	O Imparcial, 26 de setembro	O Imparcial, 27 de setembro
Out	O Estado do MA, 30.set	O Estado do MA, 3.out	O Estado do MA, 4.out	O ESTADO DO MARANHÃO	O Estado do MA, 5.out	O Estado do MA, 5.out	O IMPARCIAL

Jornal de Hoje **O IMPARCIAL** **O ESTADO DO MARANHÃO**

Este painel encontra-se em exibição somente na Procuradoria Geral de Justiça

DO ESTADO DO MARANHÃO EM JORNais DE SÃO LUÍS



Deputado estadual constituinte
JOSE BENTO NEVES
em charges de Cabral



O Estado do MA,
10 de março de 1989



Dimensões: 1,50m (A) x 3,00m (L)



CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO MARANHÃO EXPOSIÇÃO COMEMORATIVA



O PROMOTOR APOSENTADO E O FUTURO PROMOTOR

JOSÉ BENTO NOGUEIRA NEVES

(★1927 †2012)

Promotor Público/Promotor de Justiça (1951-1975), titular em Caxias, Turiaçu, Codó e São Luís. Fundador e primeiro presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão-AMPEM (1971-1972). Foi professor, advogado e exerceu altos cargos públicos do Estado, inclusive 4 mandatos de deputado estadual entre 1959 e 1990, tendo sido presidente interino da Assembleia Legislativa. Exerceu cargo público federal voltado para a reforma agrária, foi demitido da Promotoria em 24.03.1964 e reintegrado, por ordem judicial, em 11.12.1968. Qualificado como "agitador" pelos militares por defender a causa dos lavradores, foi preso por alguns dias e teve a suplência de deputado cassada após o golpe de estado de 1964. Jornalista e orador, foi fundador do importante Centro Cultural Gonçalves Dias, juntamente com outros jovens (1947), grandes nomes da cultura maranhense depois. **Foi Vice-relator da Constituinte Estadual de 1989.**

"Sem vaidade e sem falsa modéstia, sou testemunha do quanto Bento somou com seus conhecimentos, pesquisas e trabalhos (dias e até noites). Entregou-se todo, à sua moda, com intensidade e, direi mesmo, com fervor, a esse trabalho, cuja contribuição foi fundamental, reconhecida por todos os jornais da cidade.

Naquela sessão solene, na promulgação oficial da nova Carta Magna do Maranhão, na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, ali estava um homem em plenitude, em paz, consciente do quanto havia contribuído e do tamanho da sua participação, que foi mais do que mera participação, sendo a pedra angular de tudo aquilo.”

(MARIA THEREZA DE AZEVEDO NEVES. *Minha árvore*. São Luis: Lithograf, 2005. p. 91-92)



Deputados estaduais constituintes
Juarez Medeiros, José Bento Neves e Gastão Vieira

JUAREZ MEDEIROS FILHO

(★1956)

Promotor de Justiça (1999-2017), titular em Cândido Mendes, Mirador (1^a Entrância), Grajaú, Mirador (2^a Entrância/Intermediária). Líder estudantil, esteve, com outros jovens universitários, à frente da Greve da Meia Passagem de 1979 em São Luís, e foi radialista conceituado da Rádio Educadora do Maranhão, mantida pela Igreja Católica. Eleito deputado estadual em 1986 e reeleito em 1990, foi candidato a vice-governador do Maranhão na chapa de Epitácio Cafeteira em 1994 e a vice-prefeito de São Luís na chapa de João Castelo em 1996. Foi, pelo Partido Socialista Brasileiro, **deputado estadual constituinte de 1989**.

Medeiros diz que o projeto é restritivo

A fuga dos deputados nos debates preocupa

O projeto de Constituição, elaborado pelo plenário da Assembleia Estadual Constituinte, autoriza o Poder Executivo a promulgar, pela iniciativa do Poder Legislativo, projeto de Constituição Federal, declarando-o emenda à Constituição Federal. A figura do deputado Juarez Melo, que defendeu a proposta, é retratada no topo da página.

preocupação do parlamentar socialista, que «é o esentamento de preto para discussão do projeto, sem que os deputados tenham mesmo conhecimento, até mesmo para comparecer à sessão anterior da Assembleia Estadual Constituinte».

Medina, que está na luta

Jornal O Imparcial, 1 de agosto de 1989, p.3

Povo sai fortalecido na nova Constituição

O deputado Juarez Medeiros (PSB), no final dos trabalhos de votação do primeiro turno, identificou que o texto acolhido pela Assembleia Estadual Constituinte foi "bom", pois reflete os anseios da sociedade civil, embora reconhecendo que os constituintes maranhenses poderiam

ter avançados um pouco mais. A não criação do Conselho Estadual de Justiça, fruto de emenda popular defendida pela Ordem dos Advogados do Brasil, foi um "retrocesso" para o parlamentar socialista, que no entanto, comemorou outros importantes ganhos: os conselhos do meio-ambiente, da criança e adolescente, da mulher, e o corte drástico nas mondomas que dispensava aos membros do Poder Judiciário, secretários de Estado e diretores de empresas de segundo escalão.

Jornal O Imparcial, 24 de setembro de 1989, p.3



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça



Dimensões: 1,35m (A) x 0,70m (L)



Esta exposição inclui depoimentos audiovisuais ou somente em áudio, disponíveis no Espaço Multimídia do Memorial do MPMA.

Promotores e procuradores de Justiça suspendem suas atividades

Reunidos em congresso extraordinário, des de ontem pela manhã, no auditório do Colégio Dom Bosco, em São Luís, a cidade, os Promotores e Procuradores de Ju

Reunião do Maranhão resol veram, por maioria de votos, suspender suas atividades em todo o Estado, até que o governo no Estado se posicionasse a respeito da adaptação da nova Lei Orgânica do Ministério Público Estadual à Lei Complementar nº 40/81, cujo projeto se encontra paralizado no Palácio dos Leões.

JORNAL PEQUENO, 29.12.1984

**35 ANOS DA GREVE DO MPMA
PELA EDIÇÃO DA SUA LEI ORGÂNICA**

A ÉPOCA

Em 1981, a 14 de dezembro, foi sancionada pelo presidente João Batista Figueiredo a primeira Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei Complementar nº 40/1981), definindo-o como *instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, responsável, perante o Judiciário, pela defesa da ordem jurídica e dos interesses indisponíveis da sociedade, assim como pela fiel observância da Constituição e das leis*, estabelecendo-lhe princípios e funções institucionais, bem como legitimidade para promover as ações penal e civil públicas.

Estabeleceu ainda que cada MP Estadual deveria ser organizado de acordo com as normas gerais instituídas pela própria lei nacional, para isso determinando que os Estados adaptassem a organização existente no prazo de 180 dias, a contar de sua publicação.

Em 1983, desde 16 de março, geria os destinos do MP do Maranhão o advogado José Brito de Souza.

Expirado, há muito, o prazo para a edição da lei orgânica estadual do Ministério Público, persistia o Governador do Estado, Luiz Rocha, que detinha o poder de iniciativa legislativa no caso, apesar dos reiterados apelos da classe, a ignorar o mandamento da lei complementar federal.

Foi quando, a 3 de novembro, o promotor de justiça, poeta e artista plástico Antônio Carlos Pereira Lobato compôs o poema *Carta Rogatória*, suplicando ao Dr. Brito que obtivesse a edição da esperada lei.

Em 1984, a 18 de abril, dois aviões de pequeno porte chocaram-se no espaço aéreo de Imperatriz, tendo um caído no Rio Tocantins e o outro, explodido no ar, exatamente aeronave em que viajava o promotor Antônio Carlos Lobato. Seu corpo, entretanto, foi encontrado distante dos escombros, indicando que saltara do avião antes da colisão.

Doutor Lobato morria aos 51 anos de idade, deixando imensa saudade, um considerável legado cultural e sem ter visto a lei que seria redenção, como idealizou no poema.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

Dimensões: 1,35m (A) x 0,70m (L)

Promotores e procuradores de Justiça suspendem suas atividades

Reúnidos em congresso extraordinário das 10 cidades da Maranhão, realizaram, por maioria de votos, suspender suas atividades em todo o Estado, até que, através de suas respectivas cidades, os Promotores e Procuradores de Justiça se posicionassem a respeito da edição

da nova Lei Orgânica do Ministério Público Estadual e Lei Complementar n. 401, com o projeto de mesma parcializado no Palácio dos Leões.

JORNAL PECUARISTICO, 1983

JÁ CHEGA DE DISSABORES...
JÁ BASTA DE SOFRIMENTO...
É CHEGADO O MOMENTO
DE DEFENDER NOSSAS CORES!

INICIATIVA DE JUSTIÇA ANTONIO CARLOS LOBATO

35 ANOS DA GREVE DO MPMA PELA EDIÇÃO DA SUA LEI ORGÂNICA

A PGJ DA ÉPOCA EM VERSOS

Quero exaltar o amigo
Pondo o meu chefe de lado...
Amigo é coisa difícil,
Chefe sempre é encontrado.
O amigo é quem vem na frente...
O chefe vem atrasado...

No amigo, vi de tudo:
Vi um excelente orador,
Um escorreito escritor
E um jurista de estudo!
E, além disso, contudo,
Inda cultiva a poesia,
Palmilha a filosofia
Sondando os seus precipícios...
E, às vezes, faz sacrifícios
No altar da boemia...!

No chefe, vi competência,
Disposição, destemor,
Varrendo e limpando a casa,
Desarrumando o andor,
Se a coisa continuar,
Acho que posso afirmar:
Vai ser bom ser Promotor!

Sua equipe é da "pesada":
LEITÃO de tudo conhece,
Respira Ministério Público
Desde que o dia amanhece,
Guerreiro sempre de pé,
Ministério é sua fé...
Ministério é sua prece...

O velho MARQUES, de guerra,
Este é da "rede rasgada",
É uma locomotiva,
Nos trilhos em disparada...
É um craque em qualquer jogo,
Terrível Cancão-de-fogo
No comando da "negrada"...!

Tem COELHO e tem ZÉ GOMES,
Dois velhos cabos-de-guerra...
Sempre prontos pro combate
Cujo tiro nunca erra,
Tem ZÉ SÉRGIO, que é seguro,
Sério, correto, maduro,
Reserva de sua terra!

Tem IRANI caprichosa,
De acurados pareceres...
Tem REGINA atuante,
Cumplicadora dos deveres,
Confiável a qualquer hora,
Sempre pronta, sem demora,
Mesmo sendo uma senhora,
Também cheia de afazeres!

Há vários outros colegas
Da maior seriedade,
Competentes Promotores
No vigor da mocidade
Com os quais não brinco nos versos,
Por não ter intimidade!...

São Luis, 19 de agosto de 1983.

Parte do poema *Ofercimento à Moda de Viola*, de Antônio Carlos Lobato,

dedicado ao então procurador-geral de justiça José Brito de Souza.

Publicado postumamente no livro *Rio dos Vents* (Imperatriz: Ética, 2016), de autoria daquele promotor



Dr. José Brito de Souza



Procuradores de Justiça Joaquim Emílio de Melo e Silva,
José Gomes, João Leitão e Raimundo Marques

Promotores e procuradores de Justiça suspendem suas atividades

Reunidos em congresso extraordinário da categoria, os Promotores e Procuradores de Justiça do Maranhão, realizaram, por maioria de votos, suspenderem suas atividades em todo o Estado, até que, com a greve, o Estado se posicionasse a respeito da edição da nova Lei Orgânica do Ministério Público Estadual e Lei Complementar n. 401, com o projeto de lei encaminhado para discussão e votação no Palácio dos Leões.

JORNAL PECUÁRIO, DEZ/1983

**35 ANOS DA GREVE DO MPMA
PELA EDIÇÃO DA SUA LEI ORGÂNICA**

**EIS O BRADO DE UMA CLASSE
QUE DO FUNDO D'ALMA NASCE**

Senhor Doutor JOSÉ BRITO,
Ilustre procurador,
Conceda um curto favor
A quem anda muito afliito!
Este poema é um grito...
É um brado de uma classe
Que, do fundo d'alma, nasce
E se transforma em clamor
Para que, com muito amor,
Vossa Excelência o escutasse...!

O senhor é, queira ou não,
Um amigo que surgiu
E que, com afeto, atraiu
Todos ao seu coração!
A hora é de decisão,
E decisão pra valer.
Não nos deixe esmorecer
E aprove pra seus amigos,
Com todos os seus artigos,
A LEI que queremos ter!...

A batalha é tenebrosa,
Nós sabemos que o é...
Mas, em nós, palpita a fé
E uma esperança preciosal
Sua palavra é valiosa
Pra todos os promotores,
Já chega de dissabores...
Já basta de sofrimento...
É chegado o seu momento
De defender nossas cores!

Repare que a confiança
Que nós temos no senhor
É misturada com amor,
Confeitada de esperança!
Queremos que a sua lembrança
Fique na nossa memória
Qual Monumento de Glória
E que o senhor tenha, um dia,
Nesta procuradoria,
Uma página na História.

Esta LEI é uma conquista
E um sonho de muitos anos...
Mas, por debaixo dos panos,
Estão impedindo que exista!
Queremos que o senhor vista
A nossa nobre camisa,
Pois não se desmoraliza
Nos conduzindo à vitória;
Ao contrário, a sua Glória,
Para sempre, se eterniza...!

A gente até que andava
Perto da Magistratura.
Mas a coisa ficou dura
E a luta tem sido brava...
E, quando se reclamava,
Poucos nos davam atenção.
Por isso, a sua missão
E, sobretudo, importante:
PEGAR E LEVAR AVANTE
ESTA LEI QUE É REDENÇÃO...!

Acredite, "seu" Doutor,
Que a nossa fé é enorme.
Nossa esperança não dorme
Confiados no senhor.
Não nos falhe, por favor,
Seja o nosso paladino,
Não deixe arrancarem o pino
Dessa terrível granada
Que a explosão é lascada
Levando o nosso destino...!

Doutor Brito, seja irmão,
Não nos falhe, por favor.
Seja o grande promotor
Da nossa libertação!
(...)

São Luís, 3 de novembro de 1983.

*Carta Rogatória, poema de Antônio Carlos Lobato, publicado postumamente no livro *Rio dos Ventos*, de sua autoria (Imperatriz: Ética, 2016)*

Procuradoria Geral de Justiça,
Rua do Egito (1979-1994)

Directoria da Associação do Ministério Público
do Estado do Maranhão (AMPEM)
no biênio 1984-1985. Ao centro, os procuradores
Eimar Figueiredo e Raimundo Marques

Promotorias de Justiça da Capital,
Rua de Nazaré (anos 1980)

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

Memorabilia
MP 2019
INSTITUTO PECUÁRIO MARANHÃO INSTITUCIONAL DO MARANHÃO

Dimensões: 1,35m (A) x 0,70m (L)

Promotores e procuradores de Justiça suspendem suas atividades

Reuniões em congresso extraordinário, realizado na sede da Associação do Ministério Públ... [Leia mais](#)

35 ANOS DA GREVE DO MPMA PELA EDIÇÃO DA SUA LEI ORGÂNICA

PARALISAÇÃO

"A batalha é tenebrosa, / Nós sabemos que o é... / Mas, em nós, palpita a fé / E uma esperança preciosa!"

A 25 de abril de 1984, era derrotada no Congresso Nacional a proposta de emenda constitucional, apresentada por iniciativa do deputado Dante de Oliveira (PMDB-MT), pela restauração da eleição direta para Presidente da República, a despeito de uma das maiores campanhas políticas de expressão popular já realizadas no Brasil, denominada Diretas Já, que se estendera por mais de um ano, desde março de 1983. O clima era de desalento, de norte a sul do País.

Mas isso não impediu que, um mês depois (27 de maio), Promotores e Procuradores de Justiça do Maranhão deflagrassem greve de grande repercussão, encampada, em assembleia geral, pela Associação do Ministério Públ... [Leia mais](#)

Carro-chefe das reivindicações: a edição da lei orgânica da Instituição.

O IMPARCIAL

PROMOTORES EM GREVE

Promotores em greve.

Justiça pára

Jornal O Imparcial, 29.05.1984 (capa)

PROMOTORES VÃO CONTINUAR COM A GREVE GERAL

Mesa do Congresso Estadual do MPMA, São Luís, 1984. Os três membros à direita são os procuradores Nea Bello de Sá, Raimundo Marques e João Leitão

**MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça**

**Memorabilia
MP 2019**

MEMORABILIA PROCURADORIA GERAL INSTITUCIONAL DO MARANHÃO

Dimensões: 1,35m (A) x 0,70m (L)

São Luís, Maranhão - Dezembro de 2019 | www.mpmma.mp.br

17

Promotores e procuradores de Justiça suspendem suas atividades



**35 ANOS DA GREVE DO MPMA
PELA EDIÇÃO DA SUA LEI ORGÂNICA**

A MEMÓRIA DE CADA UM

"Não deixe arrancarem o pino / Dessa terrível granada, / Que a explosão é lascada / Levando o nosso destino..."

Os principais grevistas de 1984 exerceram importantes cargos depois. São procuradores de Justiça aposentados e residem em São Luís-MA. Eles prestaram depoimento ao Programa Memória Institucional do Ministério Público do Estado do Maranhão (Linha de ação de História Oral).

RAIMUNDO FERREIRA MARQUES – foi Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil/Seção do Maranhão e Procurador-Geral do Estado:
Foto inusitada, de repercussão muito grande, local e até nacional: o Ministério Público nunca tinha feito uma greve (risos), fizemos uma e, por incrível que pareça, não foi pedindo aumento de salário, mas pedindo o cumprimento de uma lei federal que já estava em vigor e que o Governador se recusava a cumprir.
Em um dia de domingo pela manhã, fizemos a assembleia geral no Centro Caxixá.
A greve contou com mais de setenta membros do Ministério Público, muito mais promotores do que procuradores de justiça.
O Procurador-Geral de Justiça, Dr. José Brito de Souza, pediu demissão porque o Governador teria mandado demitir todo mundo, e ele disse que não iria demitir ninguém, que a mão dele não assinaria nenhum ato de demissão.
Ao final, o Governador nos atendeu, o movimento foi vitorioso e ninguém foi punido.

JOÃO RAYMUNDO LEITÃO – foi presidente da AMPM, Prefeito de Alcântara-MA, Corregedor-Geral do MPMA e primeiro coordenador da Comissão Gestora do Programa Memória:
Eu era o Assessor-Chefe na gestão de Dr. Brito de Souza.
A Associação do Ministério Público ainda não tinha uma sede própria, funcionava náquela casa pequena, alugada, e a nossa reunião em que foi deflagrada a greve ocorreu, por isso, no Centro Caxixá.
O Governador chamou Brito para que ele pisse os membros do Ministério Público que estavam em greve. Ele me disse que, se houvesse insistência quanto a isso, entregaria o cargo. Então, eu combinei logo com Marques, que, além de presidente da AMPM, era o Corregedor-Geral, para preparamos nossos pedidos de exoneração dos cargos comissionados.
O Governador continuava exigindo que Brito nos punisse. Este foi a uma audiência com o Governador e, quando voltou, nos comunicou que havia pedido demissão. Foi quando entregamos para ele também os nossos pedidos de exoneração.
Dr. Brito de Souza teve a grande honradez de não aceitar repressão por causa da greve que nós fizemos, lutando exatamente por melhoria das nossas prerrogativas.

ELIMAR FIGUEIREDO DE ALMEIDA SILVA – foi Corregedora-Geral do MPMA, presidente da AMPM e Procuradora-Geral de Justiça (a primeira mulher nomeada para o cargo no Brasil após eleição pela classe):
Aquele foi uma greve santa.
A reação do Governo foi terrível, pois não admitia que os membros do Ministério Público se insurgissem contra o Estado.
O Procurador-Geral do Estado me encontrou na escadaria do Tribunal:
- Doutora, a senhora sabe que isso é caso para prisão?
- Pois manda prender! Mande prender, não tem problema nenhum...
O Procurador-Geral de Justiça era José Brito de Souza, advogado estranho à carreira, que não teve condições de reprimir a greve. E o Governador era Dr. Luiz Rocha, que tinha sido meu aluno em Balsas. Ele mandou o Procurador-Geral reprimir com força mesmo. Se necessitasse, até com prisões. E Dr. Brito perguntou:
- Governador, eu mando prender a Dra. Elimar.
- Mande prender.
- Pois, então, está aqui o cargo – foi como Dr. Brito reagiu, pedindo demissão.
Mas a greve continuou e o Governador chamou Dr. Américo de Souza para dirigir a Procuradoria Geral de Justiça. Político hábil e inteligente, este fez o Governador compreender que ato de força não conseguia modificar a atuação do Ministério Público, cuja chefia assumia sob o compromisso de apresentar o projeto da respectiva lei orgânica a partir das propostas feitas pelos membros da Instituição. Disso resultou uma lei delegada que vigorou até a atual Lei Orgânica do Ministério Público, que é de 1991, elaborada já na minha gestão como Procuradora-Geral de Justiça.

HELENA BARROS HELUY – foi Vereadora da Capital e Deputada Estadual:
Ah, a greve. Vixi! Maravilhosa! Foi uma beleza (risos).
Como é que eu ia esquecer...
O roteiro foi ótimo. Oitenta e quatro. Maio de 1984... Reuniões nas salas do Centro Caxixá, na Praça Benedito Leite.
Eu vivi aquele momento. Estavamo-nos reivindicando ao Poder Executivo o cumprimento de nossos direitos, que já estavam até proclamados, mas não eram observados.
Foi bonito. Uma suprema realização – os primeiros funcionários públicos, loto sensu, a ouvir na paralisação do serviço foram os membros do Ministério Público do Maranhão, em sua maioria, jovens promotores, alguns deles que hoje já são até desembargadores.

REINALDO CAMPOS CASTRO – foi o segundo coordenador da Comissão Gestora do Programa Memória:
Aqui pra nós (risos), eu sempre fui um grevista "juramentado" – tinha greve, eu estava participando, pois a greve é sempre um instrumento de resistência dos mais fracos contra os mais fortes. A nossa reivindicação, na Greve de 1984, era por melhores condições de trabalho, paridade com os membros da magistratura, sede própria para o exercício das nossas atribuições, que, até então, não tínhamos, funcionando quase que "agregados".
Os membros do Ministério Público eram ativos na greve, colegas da frente do movimento, foram Raimundo Marques, João Leitão, Elimar Figueiredo e Helena Heluy, entre outros. Eles sofreram pressão, inclusive, do Secretário de Segurança, desembargador aposentado Moacyr Sipóuba da Rocha, que ameaçou prendê-los.



Em fotos atuais, o ambiente da greve na seqüência: Centro Caxixá (1); vista da Praça Benedito Leite (2 e 3) por ângulos a partir das proximidades do Centro Caxixá; e (4) Centro Caxixá, na extensão frontal.





Dimensões: 2,10m (A) x 0,90m (L)

São Luís, Maranhão - Dezembro de 2019 | www.mpmma.mp.br

19





ABOLIÇÃO E REPÚBLICA, 130 ANOS: VISÕES E AÇÕES DE PROMOTORES DO MARANHÃO OITOCENTISTA

DESEJO DE LIBERDADE

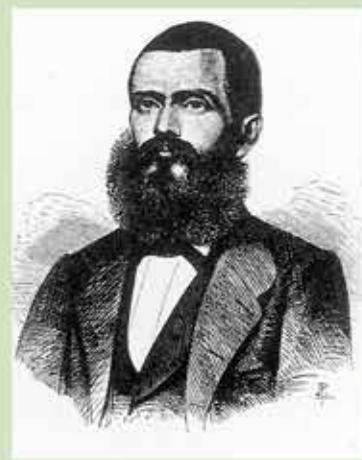
TRAJANO GALVÃO DE CARVALHO

(☆1830 †1864)

Promotor Público de Itapecuru-mirim, 1859

"Nasci livre, fizeram-me escravo;
Fui escravo, mas livre me fiz.
Negro, sim; mas o pulso do bravo
Não se amolda às algemas servis!
Negra a pel', mas o sangue no peito,
Como o mar em tormentas desfeito,
Ferve, estua, revere em cachões!
Negro, sim; mas é forte o meu braço,
Negros pés, mas que vencem o espaço,
Assolando, quais negros tufoes!"

(Versos do poema *O Calhambola*,
publicado no livro *As Três Liras*, de 1863)



CELSO TERTULIANO DA CUNHA MAGALHÃES

(☆1849 †1879)

Promotor Público da Capital, 1874-1878

"Seja este nome – escravo – suprimido
da lista dos vocábulos!
Lave-se a nódoa infame que mareia
o resplandente nome do Brasil;
e, se o sangue somente lavar pode
essa mancha odienta e vergonhosa,
venha o sangue, por Deus, venha a revolta!
Calque-se aos pés o jugo espedaçado!
e seja o hino universal e santo
por todas as nações cantado – um nome
uma palavra só qu' em si resume
o que há de belo e justo: – LIBERDADE!"

(Versos do poema *Os Calhambolas*, publicado no livro *Versos*, de 1870)





ABOLIÇÃO E REPÚBLICA, 130 ANOS: VISÕES E AÇÕES DE PROMOTORES DO MARANHÃO OITOCENTISTA

A ALEGRIA DA ABOLIÇÃO

FREDERICO PEREIRA DE SÁ FIGUEIRA

(★1852 †1925)

Promotor Público de Barra do Corda

(1875-1878, 1884-1889 e 1891)



"Um tal acontecimento foi aqui recebido com as maiores demonstrações de prazer e a lei posta imediatamente em execução sem o menor incidente. Para o interior da comarca remeti cópias da circular de V. Exa., constando-me que todos os ex-senhores de escravos abraçaram satisfeitos o ato magnânimo do Governo Imperial."

(Ofício do Promotor Público ao Presidente da Província do Maranhão, tratando da Abolição da Escravatura, 06.06.1888)



"Durante três dias e três noites a população escrava e, com ela, o grupo abolitionista de São Luís não dormiram.

As explosões ruidosas dos entusiasmos dos defensores impertérritos da grande... causa [...] vinham juntar-se as expansões ruidosas da imensa massa dos libertos que, abandonando de chofre as casas dos senhores, se haviam lançado nas ruas em irrevíveis e tumultuárias manifestações de júbilo."

(ABRANCHES, Dunshee de. *O Cativeiro*. (1941). 2 ed. São Luís: AML/Alumar, 1992. p. 194)



Jogar Capoeira, pintura de Johann Moritz Rugendas (século XIX)



Comemoração da Lei Aurea no Paço Imperial, 1888.
Fotografia de Luis Ferreira



ABOLIÇÃO E REPÚBLICA, 130 ANOS: VISÕES E AÇÕES DE PROMOTORES DO MARANHÃO OITOCENTISTA

A PROMOTORIA ACIONADA PARA ASSEGURAR A ABOLIÇÃO

**ANTÔNIO LIBÂNIO QUEIRÓS,
Promotor Público do Alto Mearim, 1890**

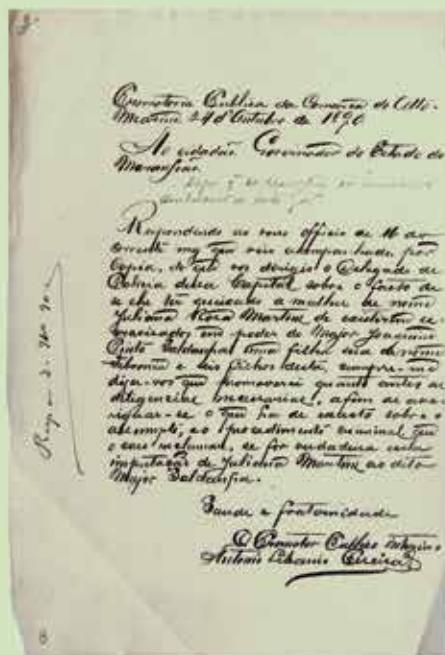
“...sobre o fato de se lhe ter queixado a mulher de nome Juliana Rosa Martins de existirem escravizados, em poder do Major Joaquim Pinto Saldanha, uma filha sua de nome Febrônia e seis filhos desta, cumpre-me dizer-vos que promoverei quanto antes as diligências necessárias, a fim de averiguar-se o que há de exato sobre o assunto, e o procedimento criminal que o caso reclamar, se for verdadeira essa imputação...”

(Ofício do Promotor Público ao Presidente da Província do Maranhão, sobre a notícia de que ainda havia escravos no interior do Maranhão. 24.10.1890)

Pinto Saldanha era poderoso e cruel. Fora deputado provincial várias vezes e em 1890, na novíssima Vila de Pedreiras, era o presidente do Conselho de Intendência, cargo máximo nos municípios. Consta que, embora sem sofrer punição, foi obrigado, com as autoridades no seu encalço, a libertar os escravos. “E, só assim, ficou extinta a escravidão em solo pedreirense. O caso do Major Pinto Saldanha obrigou o Governo a determinar uma inspeção em todas as ex-fazendas de escravos do Mearim.” (LAGO, Aderson de Carvalho. *Pedreiras: elementos para sua história*. São Luís, 1976, p. 21).

E, ao que parece, só assim, ficou extinta, oficialmente, a escravidão negra no Maranhão.

(Trecho da *Introdução ao Ciclo 1872-1892*, no tomo 17 da *Correspondência Ativa dos Promotores Públicos do Império*, 2019, p. 58. Obra do Programa Memória Institucional do MPMA).



Senhor com seus escravos.
Fotografia de Militão Augusto de Azevedo (1837-1905)



Colheita de café.
Fotografia de Marc Ferrez (1843-1923)



ABOLIÇÃO E REPÚBLICA, 130 ANOS: VISÕES E AÇÕES DE PROMOTORES DO MARANHÃO OITOCENTISTA

ADESÃO AO NOVO REGIME

MANOEL JANSEN FERREIRA

(★1865 †1925)

Promotor Público do Baixo Mearim, de Itapecuru-mirim e da Capital (1888-1898)

“... à disposição de V. Exas. a lealdade e dedicação inerentes ao cargo que ocupo e particularmente o muito a que me obriga o vosso patriotismo inspirado nos sentimentos democráticos que regem os destinos da nova República Brasileira.”

(Ofício do Promotor Público à Junta Governativa do Maranhão após a Proclamação da República. 21.11.1889)



ARTHUR QUADROS COLLARES MOREIRA

(★1866 †1954)

Promotor Público de Rosário (1888-1890)

“... faço os mais ardentes votos pela prosperidade dos Estados Unidos do Brasil.”

(Ofício do Promotor Público à Junta Governativa do Maranhão após a Proclamação da República. 01.12.1889)

Se, no Rio de Janeiro, o povo assistiu bestializado à Proclamação da República, conforme o republicano Aristides Lobo, em São Luis, o maranhense praticamente ignorou o fato, comemorando-o somente dias depois.

Mas, em novembro, há profusão de ipês florescendo em amarelo no Maranhão. “Paus-d'arco em flor. Viva a República!” – foi a mensagem por telegrama que o poeta republicano Sousândrade enviou para o marechal Deodoro da Fonseca, que recentemente proclamara a República.

Ele também escreveu na imprensa da Capital: “Onipotente Deus, inspira minha Pátria, no solene momento de sua Eucaristia social”.

Foi Sousândrade quem concebeu a Bandeira do Maranhão na época.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça



Dimensões: 1,35m (A) x 0,70m (L)



ABOLIÇÃO E REPÚBLICA, 130 ANOS: VISÕES E AÇÕES DE PROMOTORES DO MARANHÃO OITOCENTISTA

PROMOTORES LIGADOS ÀS CAUSAS DA ABOLIÇÃO E/OU DA REPÚBLICA

		
ANTÔNIO BATISTA BARROSO DE GOODY (c.1860 †1925) Promotor Público em Turiúci (1884-1885)	ANTÔNIO DE BRITTO SOUZA GAYOSO Promotor Público (1853-1858) em Caxias, no Alto Mearim e na Capital	ARTHUR QUADROS COLLARES MOREIRA (c.1866 †1934) Promotor Público em Resário (1888-1890)
		
AGUSTO CÉSAR LOPES GONÇALVES (c.1865 †1938) Promotor Público (1889-1891) em Viana e Brejo	BENEDITO PERENE LEITE (c.1857 †1909) Promotor Público em Brejo (1883-1884)	CASEMIRO DIAS VIEIRA JÚNIOR (c.1853 †1917) Promotor Público em Viana (1878-1882)
		
ELÍSO DA CUNHA MAGALHÃES (c.1860 †1929) Promotor Público na Capital, 1874-1878	FRANCISCO ANTÔNIO BRANDÃO (c.1840 †1905) Promotor interestadual na Capital (1878-1881, 1883-1884, 1889 e 1891)	FRANCISCO DA CUNHA MACHADO (c.1860 †1911) Promotor Público (1882-1883) na Capital, em Grajaú e Alcântara
		
FREDERICO PEREIRA DE SA FIGUEIRA (c.1852 †1920) Promotor Público em Barra do Corda (1875-1878, 1884-1889 e 1891)	ISAAC MARTINS DOS REIS (c.1854 †1908) Promotor Público em Barra do Corda (1882-1883)	JOÃO DUNSHÉE DE ABRAHÃES MOURA (c.1862 †1941) Promotor Público em Barra do Corda (1888-1890)
		
JOSÉ JANSEN FERREIRA JÚNIOR (c.1845 †1908) Promotor Público (1869-1876) em Guimarães e Alcântara	JOSÉ PEREIRA DA GRÁÇA ARANHA (c.1858 †1931) Promotor Público (1886-1888) em Guimarães e Resário	MANOEL JANSEN FERREIRA (c.1865 †1925) Promotor Público do Baixo Mearim, de Itapeçuru-mirim e da Capital (1888-1893)
		
RAIMUNDO JOAQUIM WERTON MAVA (c.1847 †1904) Promotor Público no Alto Mearim (1870) e na Capital (1874)	TRAJANO GAVÃO DE CARVALHO (c.1850 †1904) Promotor Público em Itapeçuru-mirim, 1859	URBANO SANTOS DA COSTA ARANJO (c.1859 †1922) Promotor Público (1882-1888) no Baixo Mearim, em Mirador, Paitos, Iloms, Guimarães e Resário
		
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADO DO MARANHÃO Procuradoria Geral de Justiça	Memorabilia MP 2019 INSTITUTO PÚBLICO MARANHENSE INSTITUCIONAL DO MPMA	

Dimensões: 1,35m (A) x 0,70m (L)



**O PROMOTOR CELSO MAGALHÃES
OU
UM POETA ABOLICIONISTA CONTRA
A ARISTOCRACIA MARANHENSE**



Local do homicídio do escrivão Celso Magalhães em 1876, subindo da escadaria. D. Ana Rita Viana Ribeiro, que depois se tornou a Baronesa de Góis. Rua de São João, São Luís/MA (Foto de 2004)

“O caso presente é gravíssimo, Senhor. A opinião se tem levantado unânime para condená-lo e as exigências sociais devem ser satisfeitas, a fim de que a ação da justiça seja respeitada e o seu fim isento da deturpação. Recorrendo para este Venerando Tribunal, tem certeza esta Promotoria de ver julgado procedente o seu recurso, à vista do mérito dos autos e valor dos documentos apresentados. Houve um delito, é preciso que a sua autora responda por ele e defendida-se regular e legalmente perante o Juri. Lá ela mostrará, se lhe for possível, que é inocente e travar-se-á o debate entre as partes. E nas penas do art. 193 do Cod. Crim. que, segundo o seu parecer, espera esta Promotoria

**ABOLIÇÃO E REPÚBLICA, 130 ANOS: VISÕES E AÇÕES
DE PROMOTORES DO MARANHÃO OITOCENTISTA**

**O PROMOTOR DUNSHEE DE ABRANCHES
OU
COMO SAUDAR A REPÚBLICA NASCENTE**



Proclamação da República. Olhei sobre tela de Benedito Calixto, 1893





“A alta investidura que vos acaba de conferir o povo maranhense, e o glorioso movimento que a confraternização dos sentimentos nacionais transformou em uma fase mais brillante para a nossa Pátria, só foram conhecidos nesta comarca por um telegrama que recebi em 1º do corrente dessa capital. Imediatamente, convoquei por meio de boletins o povo para um grande comício; e reunido do melhor modo, anunciei-lhe a grandiosa nova da transformação que acabava de se operar no país, trazendo a civilização e a paz; li a patriótica mensagem do bravo General Deodoro ao ex-imperador e a resposta deste; procurei mostrar que a República, em vez de ser uma anarquia como muitos menos esclarecidos supõem, é o verdadeiro sistema que a ciência e a evolução impõem às liberdades humanas; pedi que todos na melhor paz, acompanhasssem a grande causa, pois o Governo da República era a maior garantia à segurança individual; propus que o povo no estado de incerteza em que naturalmente se achava, sem saber as attitudes das autoridades locais, delegasse os seus poderes em uma Junta, que, composta de cidadãos ilustrados, havia de garantir a ordem pública e segurança de cada um, procurando adesões e gerais e providenciando como o exigissem as condições anormais da nação; e conclui erguendo saudações à República, aos governos deste estado e do país, sendo correspondido unanimemente pelo povo. Posso afirmar a V. V. Exas. que a comarca está na mais completa paz, correndo todas as festas com toda a ordem, não se dando sequer um distúrbio, natural das grandes aglomerações. Todas as autoridades têm aderido à grande causa, e a Câmara Municipal fez o mesmo em sessão extraordinária. Firmee ao lado de V. V. Exas, os protestos de minha mais alta consideração.”

CELSO DA CUNHA MAGALHÃES (1849-1879)

Promotor Público da Capital (1874-1878). Poeta abolicionista, cronista, romancista, dramaturgo, folclorista, pioneiro do romance naturalista no Brasil, fundador da pesquisa científica sobre o folclore do País, renovador cultural do Maranhão no último quartel do século XIX. Patrono de cadeiras da Academia Maranhense de Letras, da Academia Maranhense de Letras Jurídicas e do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, entre outras instituições. Patrono do Ministério Público do Estado do Maranhão.



Celso Magalhães (gravura de 1879, publicada no periódico O Mequetere, ilustrando o seu necrópolis)



Dumarche de Albranhes em foto de 1911, então deputado federal (do livro A Esunge de Gravau, de sua autoria)



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Presidente: Geraldo Júnior



Patrão (1918), alegoria da República, por Pedro Paulo Bruno, retrata mulheres, evocando a Maranhão, da Revolução Francesa; uma das quais amarrando A criança amarramentada simboliza a República infantil. Na parede, quadros retratando Tridentes e Marechal Deodoro da Fonseca, ícones da República.



Senhorita na Ibiapaba com dois escravos (Bahia, c. 1860).
Fotógrafo desconhecido



Chinça negra sob castigo de pomba-aria.
Fotógrafo desconhecido (século XIX)

Dimensões: 2,34m (A) x 1,97m (L)



O PROGRAMA MEMÓRIA E O MEMORIAL DO MPMA, 15 ANOS

MEMORIAL DO MPMA

14.12.2004: INAUGURAÇÃO

14 de Dezembro
Um dia para sempre

Conselho

Prócurador-Geral de Justiça do Maranhão, Dr. Raimundo Nonato de Carvalho Filho, nomeado Conselheiro para a elaboração de projeto de Memorial do Ministério Públ... e autorizado a instalar o Memorial no Palácio da justiça, nº 170, Av. Rui Barbosa, 40 - São Luís - MA.

inauguração do Memorial

MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO

Discurso do Procurador-Geral de Justiça, Dr. Raimundo Nonato de Carvalho Filho

Discurso do Governador do Estado, Dr. José Reinaldo Camargo Tavares

Descerramento da placa inaugural pelas autoridades

O PGJ da época e os ex-procuradores-gerais de justiça

O CGMP da época e os ex-corregedores-gerais do MPMA

O PGJ com a Comissão Gestora do Programa Memória, auxiliares e colaboradores

O PGJ apresenta a reconstituição do gabinete do Procurador-Geral nos anos 1930

Aspecto do interior do Memorial

Aspecto do interior do Memorial

O PGJ inaugura o livro de registro da visitação

Aspecto da concentração do público em frente ao Memorial antes da inauguração

Aspecto da concentração do público em frente ao Memorial após a inauguração

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

Memorabilia
MP 2019

Dimensões: 1,35m (A) x 0,70m (L)

O PROGRAMA MEMÓRIA E O MEMORIAL DO MPMA, 15 ANOS

MEMORIAL DO MPMA

09.08.2013: REINAUGURAÇÃO

A Procuradora-Geral de Justiça
Regina Lúcia de Oliveira Rocha,
convida Vossa Excelência para
a solenidade de inauguração das novas instalações
do Memorial do Ministério Públ...
a se realizar no dia 09 de agosto de 2013 (sábado),
as 17h, na Rua Mílton Prado, 33 - Centro
(Rua do Memorial Públ...).

Regina Lúcia de Oliveira Rocha
Procuradora-Geral de Justiça do Maranhão

Memorial do MPMA é reinaugurado

Estado vai reinaugurar o
memorial do Ministério Públ...
que foi inaugurado em 2008 e
que teve suas instalações
destruídas pelo fogo.

A

Autoridades do MPMA
no início da solenidade

A PGJ da época e ex-procuradores-gerais de justiça
no descerramento da fita de reinauguração

Aspecto do interior do Memorial

14.12.2018: REINSTALAÇÃO

MP inaugura 'novo' centro administrativo

BRASÍLIA
POLÍTICA
BRASÍLIA
MP inaugura 'novo' centro administrativo

Brasília, 14 de dezembro de 2018
O Ministério Públ... realizou na tarde de ontem a inauguração de seu novo centro administrativo e reunião com autoridades e parceiros.

Fortalecimento do Ministério Públ...

Importantes nomes para a história do MP

Rua Osvaldo Cruz, 1396:
nova sede do Memorial

Fachada do Espaço Multimedia
no Centro Cultural

Fachada do Espaço Convencional
no Centro Cultural

Membros do MP reunidos antes da inauguração

Descerramento da fita de
inauguração do Centro Cultural
pelos autoridades

Performance de ator representando
Celso Magalhães, Patrono do MPMA

Autoridades aplaudem
as instalações do Espaço
Convencional

A ex-PGJ Elmar Figueiredo de
Almeida Silva assina livros de
visitas sob o olhar de
Dr. Luiz Gonzaga

Procurador-geral Luiz Gonzaga Martins Coelho e promotor Washington
Cantanhede apresentam a Linha do Tempo da História do MPMA
aos convidados

A ex-PGJ Elmar Figueiredo de
Almeida Silva assina livros de
visitas sob o olhar de
Dr. Luiz Gonzaga

**MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça**

**Memorabilia
MP 2019**

MEMORABILIA PROGRAMA INSTITUCIONAL DO MPMA

Dimensões: 1,35m (A) x 0,70m (L)




O PROGRAMA MEMÓRIA E O MEMORIAL DO MPMA, 15 ANOS

PESQUISA E PUBLICAÇÕES




Arqueologia documental e de lembranças:
 transcrição de documentos oficiais no Arquivo Público do Estado e entrevistas com membros ativos e inativos do MPMA,
 a exemplo do procurador de justiça João Raymundo Eitílio (foto acima).

PUBLICAÇÕES















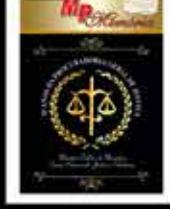




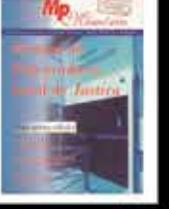














Também disponíveis ou a disponibilizar em: www.mpma.mp.br/memorial/

Parte do resultado das pesquisas



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça



Dimensões: 1,35m (A) x 0,70m (L)

São Luís, Maranhão - Dezembro de 2019 | www.mpma.mp.br

31




O PROGRAMA MEMÓRIA E O MEMORIAL DO MPMA, 15 ANOS

REVELAÇÕES

PROMOTORES E PROCURADORES PIONEIROS



JOAQUIM FRANCO DE SÁ
Importante magistrado e político maranhense, foi, ainda estudante de Direito, o colégio mais velho para servir como Promotor do Juiz de Alcântara, sua terra (1831). Presidente das províncias da Paraíba e do Maranhão, renunciou e desembarcado.



CÂNDIDO MENDES DE ALMEIDA
Promotor Público da Capital, Primeiro maranhense nomeado a subir de demissão da Promotoria Pública (1882), por perseguição política. Jornalista, jurista, historiador, geógrafo, professor e proeço do Império.



JOÃO PEDRO DIAS VIEIRA
Promotor Público da Capital. Rebelando-se contra a hipocrisia do poder político, em defesa das prerrogativas da Carga de Promotor Público, deixou registrada a primeira manifestação formal em prol da autonomia do ofício do Ministério Público, que então ainda era imbuído (1842). Advogado, magistrado, professor, jornalista e proeço do Império.



FELIPE FRANCO DE SÁ
Promotor Público da Capital, magistrado, por circunstâncias políticas, a pedir exoneração do cargo, entendendo-piamente e publicamente o que hoje é prerrogativa constitucional dos membros do Ministério Público no Brasil: a independência funcional (1888). Jornalista, advogado, filólogo, magistrado, professor e proeço do Império.



JOSÉ JANSEN FERREIRA JÚNIOR
Importante advogado, magistrado e político maranhense. Desembargador do Superior Tribunal de Justiça e primeiro chefe do Ministério Púlico Estadual, na condição de Procurador-Geral do Estado do Maranhão (1891). Presidente da Província do Amazonas.



JOÃO DE LEMOS VIANA
Promotor Público da Capital, desde 1910, destruindo o cargo por ato do governador Henrique Fogaça (1914), sem justificativa, ao que se seguiu demanda judicial pela sua reintegração, caso definitivamente encerrado somente em 1939, quando a sentença foi cumprida. Secretário de Estado e Desembargador do Superior Tribunal de Justiça do Maranhão.



MARIA DA CONCEIÇÃO AMORIM MOTTA
Promotora Pública da Capital, era uma das primeiras advogadas do Maranhão, tendo sido a primeira a atuar no Tribunal do Juiz no Estado, quando foi nomeada Promotora Pública, a primeira do Maranhão e uma das primeiras do Brasil (1903). Ainda estudante, defendeu praticamente a voto feminino.



NEWTON DE BARROS BELLO
Promotor Público de Rosário exonerado pelo interventor federal Martins de Almeida (1934) sem justificativa, ao que se seguiu demanda judicial pela sua reintegração, o qual foi julgado improcedente pela Corte Suprema, tendo o governador Aquiles Lobo, todavia, emulado o ato, reabilitando Múcio e Regel (1935). Parlamentar, Secretário de Estado e Governador do Maranhão.



THALES DO AMARANTE RIBEIRO GONÇALVES
Promotor Público da Capital, demitido ilegalmente pelo governador Aquiles Lobo (1934), ao que se seguiu demanda judicial pela sua reintegração, o qual foi julgada procedente na Corte de Apelação do Maranhão (1936), um dia após o nome de imediato do Governador. Posteriormente, magistrado.



EDSON DA COSTA BRANDÃO
Promotor Público da Capital, primeiro membro do Ministério Púlico do Maranhão a exercer a função de Procurador-Geral do Estado (1935-1936) e por 12 anos, 11 deles continuamente (1937-1948), mediante nomeação do governador Paulo Martins de Souza Barros, advogado, vereador e prefeito de São Luís.



ARCELINA RODRIGUES MOCHEL
Primeira Promotora Pública do Interior do Maranhão (Circuns. 1937), quando ainda estudante de Direito. Aprovada em primeiro lugar no primeiro concurso para Promotor Público no Maranhão (1940), nomeada para a Promotoria de Pinheiro, que não quis assumir. Militante feminista e comunista, jornalista e ativista política no Rio de Janeiro. Vereadora do Distrito Federal.



AURORA CORREIA LIMA FÉLIX
Promotora Pública de Parnaíba, Codó e São Luís. Primeira Promotora do Maranhão que assumiu o cargo após aprovação em concurso público (1941), o primeiro que se realizou para ingresso no Ministério Púlico. Procuradora do MP perante o Tribunal de Justiça. Poetisa com obra publicada.



ESMARAGDO DE SOUSA E SILVA
Procurador-Geral do Estado, conseguindo a introdução, na Constituição maranhense de 1967, de normas separando a chefia do Ministério Púlico da advocacia do Estado. Primeiro Procurador-Geral de Justiça do Maranhão. Desembargador e presidente do TJ-MA. Presidente do TRE-MA.

Francisco Corrêa Leal

FRANCISCO CORRÊA LEAL
Primeiro Promotor Público do Maranhão, na condição de promotor nomeado para o cargo na Capital (1831). Defensor da Adensão do Maranhão à Independência do Brasil, vereador de São Luís, advogado, magistrado e desputado provincial.

Antônio de Britto Sousa Gayoso

ANTÔNIO DE BRITTO SOUSA GAYOSO
Promotor Público da Capital. Primeiramente, anunciam o inicio da gestação de uma teoria do Ministério Público no Brasil e foi precursor, no Maranhão, da ideia de promotores independentes e vitâlicos e de um MP de fisco social (1857). Primeiro promotor a acusar Ana Rosa Viana Ribeiro, futura Baronesa de Grácia, por homicídio de escravo (1858). Parlamentar, magistrado e presidente da Província do Brasil.

João Dias Xavier da Cunha

JOÃO DIAS XAVIER DA CUNHA
Promotor de Peixoto Bonfim, reclamando de sua demissão, oficou ao Presidente da Província, fazendo a primeira referência formal de um Promotor Público do Maranhão ao seu ofício como Ministério Púlico (1858), 18 anos antes de aparecer tal denominação na legislação imperial.



**MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça**



**Memorabilia
MP 2019**
MEMORABILIA PRACTICABILIS MARANHÃO INSTITUCIONAL DO MPMA

Dimensões: 1,35m (A) x 0,70m (L)



O PROGRAMA MEMÓRIA E O MEMORIAL DO MPMA, 15 ANOS

DESTAQUES

DIA ESTADUAL DO MPMA

Pela Constituição Estadual de 14.05.1967, que começou a vigorar no dia seguinte, o chefe do Ministério Público passou a ser o Procurador-Geral da Justiça, separando-se, assim, a Procuradoria Geral do Estado da chefia do Ministério Público, gozando este "de autonomia administrativa e orçamentária" (art. 59).

A fixação desse marco da história ministerial maranhense foi um dos feitos do Programa Memória, ainda em sua fase embrionária, em 2003. A Resolução N° 02/2006-CPMP/MA elevou o dia 15 de maio à condição de Dia Estadual do Ministério Público.

Em 2017, a Procuradoria Geral de Justiça comemorou os seus 50 anos em grande estilo.

E em 16.05.2019, o procurador-geral Luiz Gonzaga Martins Coelho obteve a instituição, por lei, do 15 de maio como Dia Estadual do MPMA, seguindo-se, a 22 do referido mês, uma sessão solene da Assembleia Legislativa em comemoração à efeméride.

EVIDÊNCIAS NOS NOVOS ESPAÇOS

ANTÔNIO CARLOS PEREIRA LOBATO
10.06.12.1912 - 11.04.1984
do nome ao Auditório

JOSÉ BENTO NOGUEIRA NEVES
10.09.1927 - 21.09.2010
do nome à Sala do Poder Executivo
Anexo do Edifício

Uma das novidades do Edifício Promotor Celso Magalhães, nova sede das Promotorias de Justiça da Capital, foi, por sugestão do Programa Memória prontamente acatada pelo procurador-geral Luiz Gonzaga Martins Coelho, a atribuição dos nomes de importantes promotores do passado a espaços internos do prédio.

Assim, foram homenageados (2017) em alas e recintos da edificação os promotores pioneiros Antônio de Britto Sousa Gayoso, Cândido Mendes de Almeida, Felipe Franco de Sá, Francisco Correa Leal, João Pedro Dias Vieira, Edson da Costa Brandão, Maria da Conceição Amorim Mota e Aurora Correia Lima Félix – cujos méritos são destacados no painel REVELAÇÕES desta exposição.

A iniciativa foi estendida (2018), por decisão do Sr. Procurador-Geral, para o edifício do Centro Cultural e Administrativo, antiga sede da Procuradoria Geral de Justiça, que recebeu o nome da última promotora citada e, nos seus espaços internos, os nomes dos homenageados constantes neste painel, cujas respectivas notas biográficas se encontram à entrada daqueles locais.

ILZE VIEIRA DE MELO CORDEIRO
1.º 06.01.1984 - 14.11.2017
do nome ao Espaço de Artes

SAVANY VIVEIROS ANDRADE
17.10.12.1950 - 10.11.2.2019
do nome ao Auditório Edifício

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

Memorabilia
MP 2019
MEMÓRIA PROGRAMA INSTITUCIONAL, 15 ANOS

Dimensões: 1,35m (A) x 0,70m (L)

São Luís, Maranhão - Dezembro de 2019 | www.mpmma.mp.br

33

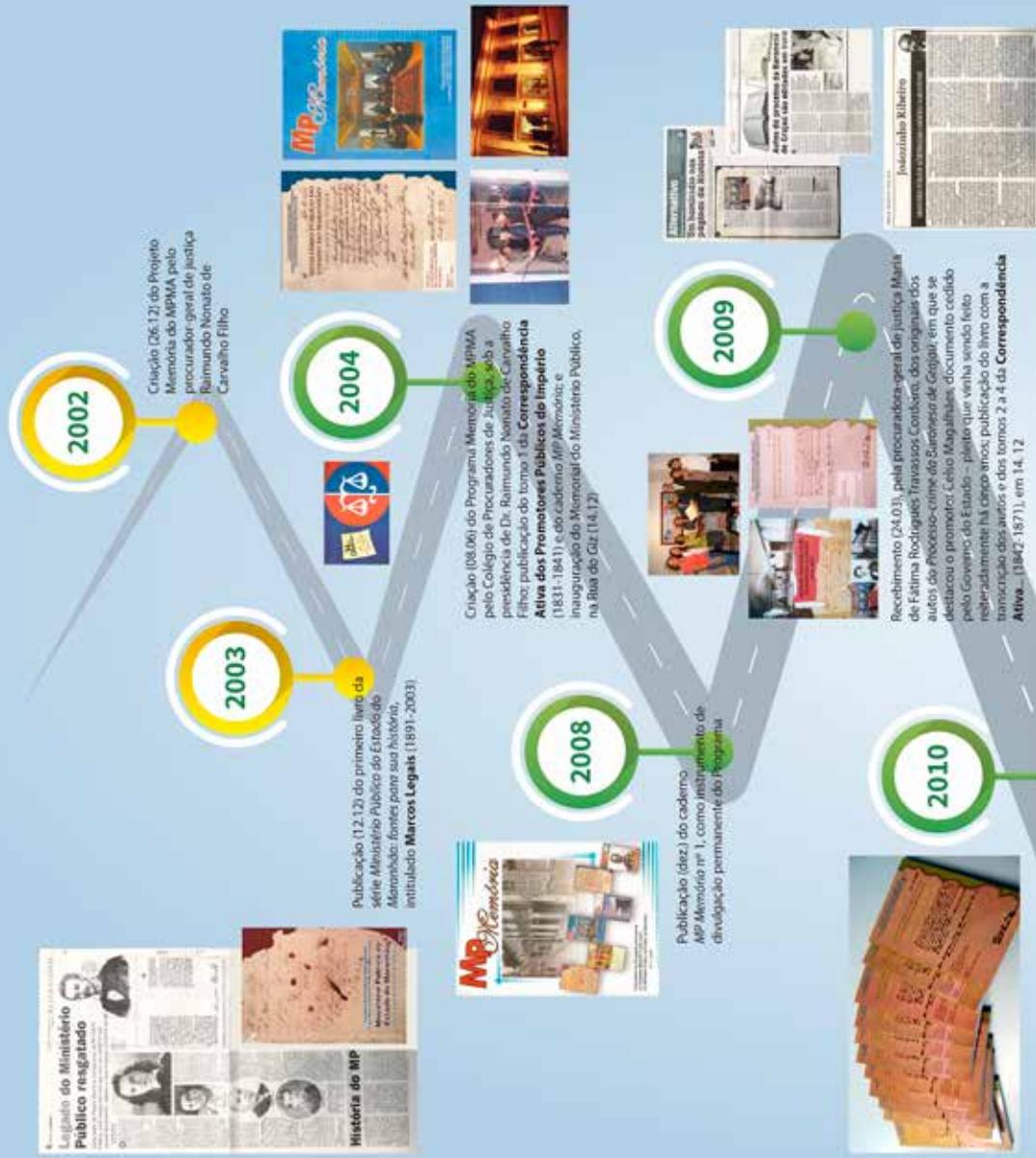


memória

Programa Memória Institucional do Ministério Público do Estado do Maranhão

O PROGRAMA MEMÓRIA E O MEMORIAL DO MPMA, 15 ANOS

LINHA DO TEMPO DA TRAJETÓRIA DO PROGRAMA





MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça



PROGRAMA MEMÓRIA INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

LUIZ GONZAGA MARTINS COELHO
Procurador-Geral de Justiça

FRANCISCO DAS CHAGAS BARROS DE SOUSA
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos

MARILÉA CAMPOS DOS SANTOS COSTA
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Comissão Gestora do Programa Memória:

TEODORO PERES NETO
Procurador de Justiça / Coordenador

WASHINGTON LUIZ MACIEL CANTANHÉDE
Promotor de Justiça

CLÁUDIO LUIZ FRAZÃO RIBEIRO
Promotor de Justiça

ANA LUIZA ALMEIDA FERRO
Promotora de Justiça

MARIA DOS REMÉDIOS RIBEIRO DOS SANTOS
Coordenadora de Documentação e Biblioteca

MEMORABILIA MP 2019 (MOSTRA DO PROGRAMA MEMÓRIA INSTITUCIONAL DO MPMA)

CATÁLOGO

Sobre as exposições

Pesquisa, textos, seleção das ilustrações,
concepção geral do formato e sistematização dos painéis
Washington Luiz Maciel Cantanhéde

Fotografias atuais
Acervo do Programa Memória
Publicações da Coordenadoria de Comunicação/PGJ
Merval de Jesus Gonçalves Filho

Concepção artística dos painéis
Washington Luiz Maciel Cantanhéde
Wemerson Duarte Macêdo

Diagramação eletrônica dos painéis
Wemerson Duarte Macêdo

Revisão dos painéis
Cláudio Luiz Frazão Ribeiro
Washington Luiz Maciel Cantanhéde

Apoio à montagem
Maria dos Remédios Ribeiro dos Santos
(e equipe da Coordenadoria de Documentação e Biblioteca)
Kelciline Rose Silva, historiadora
(e estagiários do Curso de História da Universidade Federal do Maranhão em atividade no Programa Memória)
José Ribamar Rodrigues Furtado
(e equipe da Coordenadoria de Serviços Gerais)
Alan Roberta da Silva Ribeiro
(e equipe da Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação)

Sobre este catálogo

Concepção do formato
Washington Luiz Maciel Cantanhéde
Rômollo de Sá Malta

Textos
Washington Luiz Maciel Cantanhéde
Cláudio Luiz Frazão Ribeiro

Supervisão
Cláudio Luiz Frazão Ribeiro
Maria dos Remédios Ribeiro dos Santos

Editoração eletrônica
Wemerson Duarte Macêdo

Impressão
Tavares & Tavares (Uberlândia-MG)



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Av. Prof. Carlos Cunha, nº 3261, Caihau, São Luís-MA, CEP: 65076-820.
Telefone: (98) 3219-1600 (98) 3231-1624. Homepage: <http://www.mppma.mp.br>

MEMORIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
Centro Cultural e Administrativo
Rua Osvaldo Cruz, 1396 - Centro, São Luís-MA. CEP: 65020-910
Fone: (98) 3219-1804 Homepage: <http://www.mppma.mp.br/memorial/>